

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL REFERENTE AO 1º TRIMESTRE DE 2025 DA ARM - ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA S.A.

INTRODUÇÃO

O presente parecer é apresentado no âmbito do processo de relato do Conselho de Administração da ARM - Águas e Resíduos da Madeira S.A.(ARM) sobre o **Relatório de Execução Orçamental para o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de março de 2025**, anexo a este parecer, o qual se destina a dar cumprimento ao disposto na alínea i) do nº 1 do artigo 42º do DLR 15/2021/M, de 30 de junho, que aprova o regime jurídico do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira.

RESPONSABILIDADE

É da responsabilidade do Conselho de Administração da ARM a preparação e apresentação da informação correspondente à Execução Orçamental trimestral. O Relatório relativo ao período em referência, designadamente o 1º trimestre de 2025, foi objeto de deliberação pelo Conselho de Administração e disponibilizado ao Conselho Fiscal da ARM.

É da competência dos titulares dos órgãos de administração das empresas públicas regionais responderem perante o titular da função acionista pelos resultados obtidos com a gestão empreendida, apresentando para o efeito relatórios trimestrais fundamentados e demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento, devendo este incluir o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, doravante designado por plano de atividades e orçamento.

Adicionalmente, o Revisor Oficial de Contas da ARM, remeteu ao Conselho Fiscal o seu Relatório sobre o Relatório do Conselho de Administração da ARM relativo à Execução Orçamental do 1º trimestre de 2025 em 27 de maio de 2025, onde relata os procedimentos executados e respetivos resultados.

A responsabilidade do Conselho Fiscal consiste em apreciar quer o Relatório do Conselho de Administração, quer o Relatório do Revisor Oficial de Contas, efetuando um conjunto de análises que lhe permitam concluir sobre a aderência do referido relatório face aos requisitos constantes da legislação em vigor, bem como da emissão do parecer por parte do Revisor Oficial de Contas.

ÂMBITO

No âmbito das competências que são conferidas, e tendo em vista a elaboração do presente parecer, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Sociedade, nomeadamente através de interação com os serviços, bem como através da análise da documentação por estes elaborada, com especial incidência na análise dos dados de execução orçamental reportados no relatório do 1º trimestre, no sentido de proporcionar ao Conselho Fiscal uma base aceitável para o parecer a emitir.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com as disposições acima referidas, foram objeto de análise as demonstrações financeiras do período de 1 de janeiro a 31 de março de 2025, e os desvios face ao orçamento elaborado conforme o PAO 2025-2029, de 20 de novembro de 2024, aprovado por despacho conjunto do Secretário Regional das Finanças, e da tutela sectorial, Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (SRAPA), a 12 de dezembro 2024.

As situações relatadas, relativas à execução orçamental do período em análise, materializaram-se na verificação da adequação dos principais desvios face à previsão inicial. Na rubrica Rendimentos e Gastos, destacamos o desvio positivo de 22,4% no volume de negócios face ao orçamento, o qual se explica, essencialmente pelo efeito do aumento das quantidades e da tarifa (aumento do tarifário da água em alta, dos serviços em baixa e dos resíduos em alta).

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) neste primeiro trimestre de 2025, foi de 0,6M€ menos 0,1M€ face ao período homólogo de 2024 (-18,7%) e inferior em 0,5M€ face ao orçamentado (-44,9%).

Os Fornecimentos e Serviços Externos ascenderam a 2,1M€, registando um decréscimo de 2,2M€ (-50,2%) face ao orçamentado e de 0,4M€ (-14,0%) relativamente ao período homólogo.

Os Gastos com Pessoal, apresentaram um desvio de -8,0% face ao orçamentado, e de +12,9% face ao período homólogo decorrente da atualização do salário mínimo regional, da alteração da posição retributiva por antiguidade, do aumento do subsídio de insularidade e da 3ª revisão do Acorde de Empresa. Relativamente à diminuição do valor face ao orçamentado deve-se ao elevado absentismo e ao adiamento de novas contratações previstas no PAO 2025-2029.

As rubricas de outros rendimentos / outros gastos, não sofreram grandes alterações de valores face ao período homólogo de 2024, tendo a rubrica Outros Rendimentos apresentado o montante de 2,7M€ e a rubrica Outros Gastos o montante de 0,05M€.

O Ativo total ascende, no final do período em análise, a 546,7M€ tendo diminuído em 5,5M€ face a 2024, e sendo inferior em 35,0M€ face ao orçamentado, devido essencialmente à

rubrica de Outros Créditos a Receber a qual registou um diminuição face ao período homólogo de 7,3M€, resultante dos recebimentos dos saldos finais do POSEUR, dos pedidos de pagamento do PRR, do recebimento das duas últimas tranches do contrato-programa do regadio e à rubrica de caixa de depósitos bancários que registou um acréscimo de 4,5M€ face ao período homólogo de 2024.

O saldo a receber de clientes aumentou comparativamente a 2024, em 1,4M€ e 3,6M€ face ao estimado, na sequência do aumento da faturação e do aumento da dívida do SESARAM e da EEM.

O Passivo total neste trimestre foi de 343,7M€, dos quais, 16,5M€ de Passivo Corrente e 327,1M€ de Passivo não Corrente.

O Capital Próprio é de 203,1M€ tendo diminuído 2,4M€ face a 2024 e 3,3M€ face ao orçamento pela incorporação do resultado líquido apurado no 4º trimestre de 2024 e outras variações do capital próprio.

Relativamente aos fluxos de caixa sublinha-se o aumento dos valores recebidos de clientes por inerência do aumento do valor das vendas e serviços prestados em 0,7M€ (+6,6%) face ao período homólogo e 3,8M€ (+53,5%) face ao orçamentado. Registou-se, ainda, uma ligeira diminuição dos pagamentos a fornecedores comparativamente ao período homólogo do ano de 2024 (-3,9%) e face ao orçamentado (-4,5%). Adicionalmente, foram recebidos 3,3M€ relativos a subsídios ao investimento, valor superior em 0,8M€ ao face ao recebido em 2024 e inferior em 14,8M€ face ao orçamentado. Os pagamentos relativos aos ativos intangíveis foram de 3,1M€, inferior em 3,5M€ face ao montante orçamentado, e superior em 0,5M€ comparativamente ao período homólogo de 2024.

Em termos de atividades de financiamento neste trimestre, não tiveram expressão.

Em termos globais, o saldo de caixa e seus equivalentes no final do 1º trimestre de 2025, fixou-se em 19,3M€, registando um aumento de 2,0M€ face ao período homólogo do ano de 2024 e uma diminuição de 4,4M€ face ao orçamentado.

INDICADORES OPERACIONAIS

Os indicadores operacionais objeto de análise são o fornecimento de água em alta, em baixa, a recolha dos resíduos em baixa, a valorização e recolha dos mesmos em alta e, adicionalmente, a energia. A evolução de cada um deles, no primeiro trimestre de 2025, em conformidade com o Relatório de Execução Orçamental no referido período, e que o Conselho Fiscal teve oportunidade de confirmar, em termos de fundamento e razoabilidade, é a seguinte:

- **Fornecimento de Água em Alta**

O fornecimento de água, em alta, aos municípios não aderentes à ARM, apresenta um decréscimo de 471.447 m³ (-5,08%) face ao período homólogo do ano de 2024. O valor do fornecimento de água, em alta, aos municípios não aderentes, foi superior em cerca de 7,5% face ao valor orçamentado para igual período do ano de 2025.

De referir que os valores orçamentados para 2025 (e previstos no estudo de viabilidade económica e financeira da ARM – EVEF) foram estimados considerando a redução das necessidades de água a ser fornecida às redes em baixa como consequência da redução das perdas reais, decorrentes dos investimentos de recuperação/substituição de troços de rede com perdas muito elevadas. No entanto, e de acordo com os volumes fornecidos até à data, em alguns municípios, esta redução ainda não se concretizou tendo sido fornecidos volumes de água superiores ao ano anterior ao valor previsto em sede de orçamento.

Gráfico 1 – Fornecimento de água em alta aos municípios não aderentes à ARM, S.A. (comparação entre o período homólogo de 2025 e 2024)

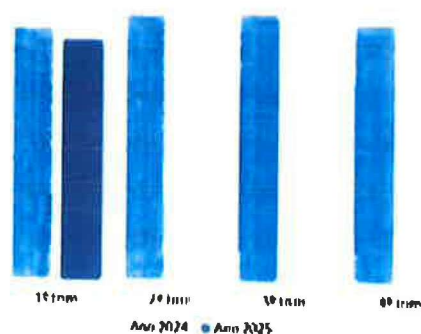
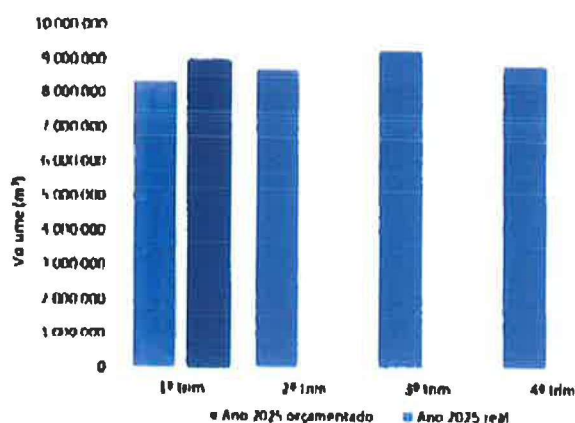


Gráfico 2 – Fornecimento de água em alta aos municípios não aderentes à ARM, S.A. (comparação real do ano de 2025 com o orçamentado 2025)



• Distribuição de Água em Baixa

No primeiro trimestre de 2025, o volume de água distribuído em baixa aos municípios aderentes à ARM comparativamente ao período homólogo do ano de 2024, registou um aumento de 2.811 m³ (0,2%) nos volumes faturados.

Comparativamente ao valor orçamentado para o mesmo período, este valor foi superior em 0,4%, resultando possivelmente, do aumento significativo que se tem vindo a registar na atividade turística da Região.

Gráfico 3 – Distribuição de água em baixa aos municípios aderentes à ARM, S.A. (comparação entre o período homólogo 2025 e 2024)

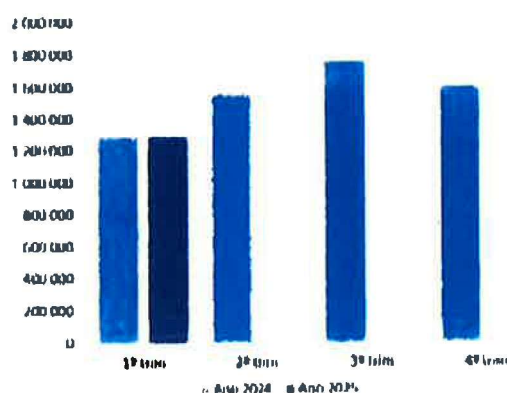
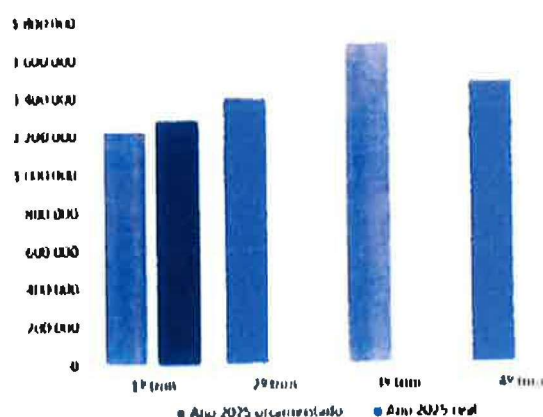


Gráfico 4 – Distribuição de água em baixa aos municípios aderentes à ARM, S.A. (comparação real do ano de 2025 com o orçamentado 2025)



• Recolha de Resíduos em Baixa

No primeiro trimestre de 2025 a recolha de resíduos indiferenciados nos municípios aderentes apresentou face ao período homólogo de 2024, um aumento de 190 toneladas (4,9%).

Por sua vez, a recolha de resíduos passíveis de reciclagem sofreu um acréscimo de 41 toneladas (-4,3%).

No que concerne à quantidade de resíduos recolhidos, constatou-se um aumento de 11,6% face ao valor orçamentado para o mesmo período do ano de 2025.

Gráfico 5 – Recolha de resíduos em baixa nos municípios aderentes à ARM, S.A.
(comparação entre o período homólogo 2025 e 2024)

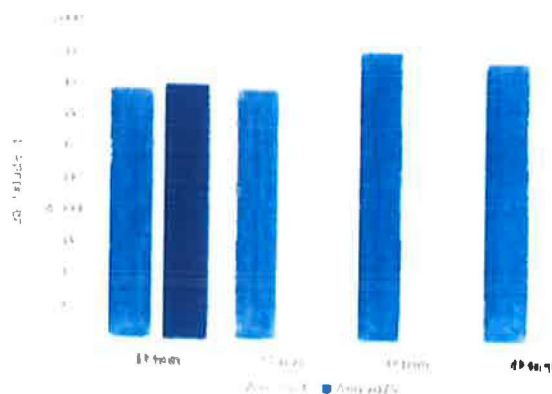
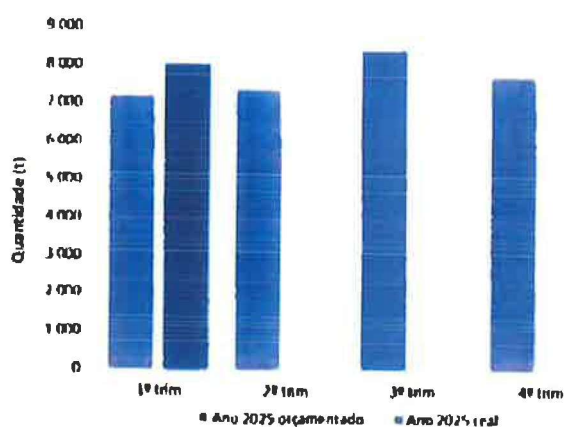


Gráfico 6 – Recolha de resíduos em baixa nos municípios aderentes à ARM, S.A.
(comparação real do ano de 2025 com o orçamentado 2025)



- **Valorização e Tratamento de Resíduos em Alta**

A receção de resíduos indiferenciados para tratamento por incineração aumentou em 563 toneladas (3,0%) face ao período homólogo, proveniente dos municípios não aderentes, e, por sua vez, a deposição de resíduos em aterro decresceu 101 toneladas (-16,8%).

A quantidade de resíduos rececionados para incineração e aterro, proveniente dos municípios não aderentes à ARM, S.A., foi superior em cerca de 18,7% face ao valor orçamentado para o mesmo período do ano de 2025.

De realçar que este aumento, face aos valores orçamentados, resulta da recuperação económica que se tem assistido no período pós pandemia, o que inevitavelmente conduz a um aumento dos resíduos indiferenciados.

Com efeito, o EVEF da ARM preconizava que, após a pandemia, apenas em 2025 se atingissem as quantidades de resíduos tratadas em 2019. No entanto, como a retoma económica foi mais rápida e mais acentuada, os valores previstos no EVEF são inferiores aos valores reais.

Gráfico 7 – Receção de resíduos para incineração e aterro provenientes dos municípios não aderentes à ARM, S.A. (comparação entre o período homólogo 2025 e 2024)

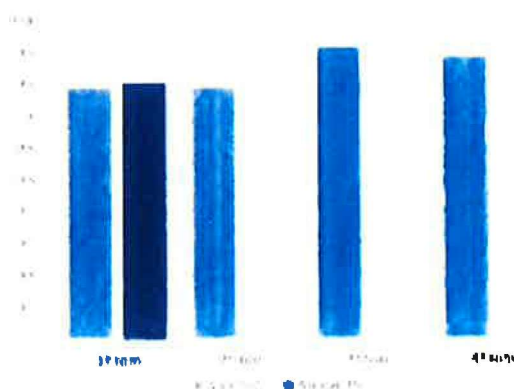
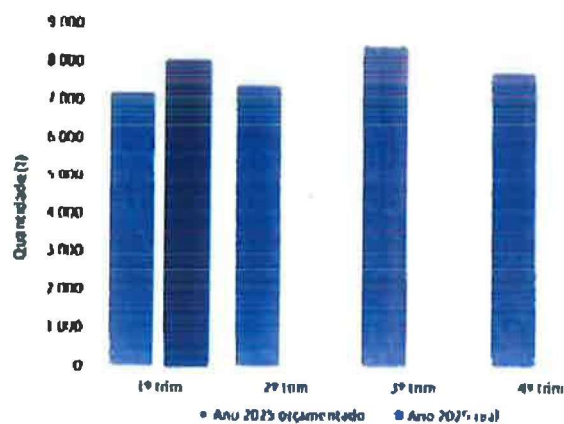


Gráfico 8 – Receção de resíduos para incineração e aterro provenientes dos municípios não aderentes à ARM, S.A. (comparação real do ano de 2025 com o orçamentado 2025)



O total de resíduos hospitalares rececionados sofreu um acréscimo de 17 toneladas (10,8%) face ao período homólogo do ano 2024.

Este valor foi superior em cerca de 29,3% quando comparado com o valor orçamentado para o mesmo período.

Gráfico 9 – Resíduos hospitalares (comparação entre o período homólogo 2025 e 2024)

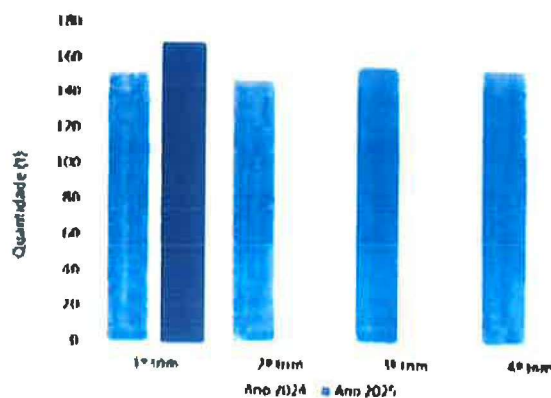
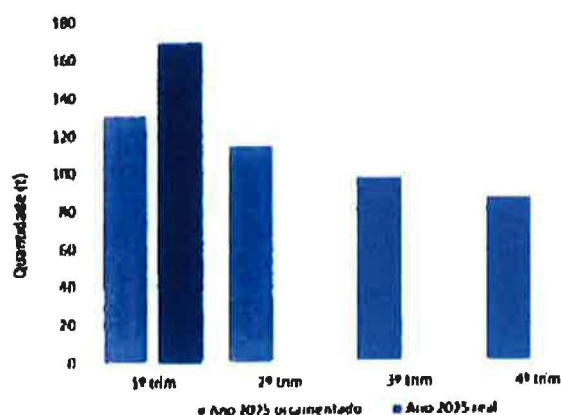


Gráfico 10 – Resíduos hospitalares (comparação real do ano de 2025 com o orçamentado 2025)



• Energia Produzida

A produção de energia elétrica com origem termoelétrica e hídrica aumentou em 1.894 MWh (12,4%), face ao período homólogo, tendo a energia elétrica vendida à EEM, S.A. aumentado em 1.848 MWh (15,1%).

A energia elétrica vendida à EEM, S.A., no primeiro trimestre de 2025, foi superior em cerca de 24,1% face ao valor orçamentado, para o mesmo período do ano de 2025, como resultado do aumento dos resíduos incinerados face aos projetados.

Gráfico 11 – Energia elétrica produzida com origem termoelétrica e hídrica (comparação entre o período homólogo 2025 e 2024)

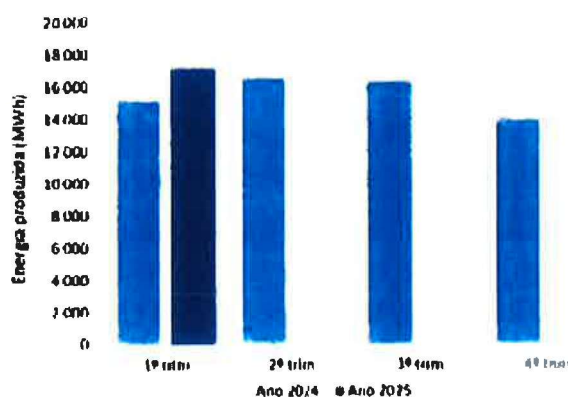
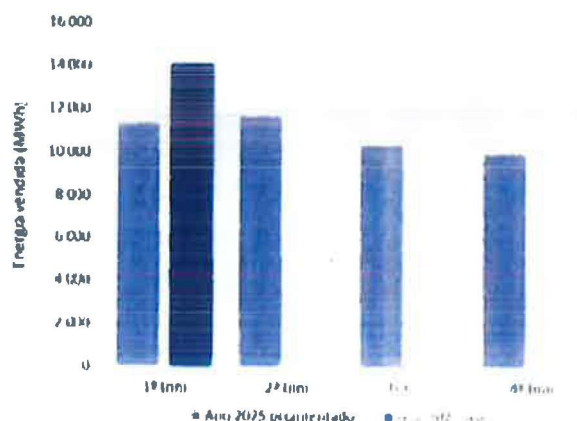


Gráfico 12 – Energia elétrica vendida à EEM, S.A. com origem termoeétrica e hídrica (comparação real do ano 2025 com o orçamentado 2025)



INVESTIMENTOS

No primeiro trimestre de 2025, o investimento realizado atingiu o montante de 1,3M€ correspondente a 2,51% do valor total previsto para o ano de 2025 (52,1 M€ aprovado). Como consequência, a taxa de execução do Plano de investimentos em 2025 é inferior em 43,7% quando comparada com o período homologado de 2024.

O Relatório de Execução Orçamental enumera em detalhe os atrasos e fatores limitadores da execução do plano de investimentos em causa, que derivam de razões diversas, nomeadamente: atrasos administrativos e constrangimentos de contratação pública, falta de enquadramento em fundos comunitários e atrasos no arranque de trabalhos, entre outros.

PARECER

Face ao exposto, nada chegou ao conhecimento do Conselho Fiscal que leve este Órgão a questionar a execução orçamental realizada, reportada ao período compreendido de 01 de janeiro a 31 de março de 2025, conforme Relatório preparado pelo Conselho de Administração.

OUTROS ASSUNTOS

O Orçamento para o exercício de 2025 foi elaborado em conformidade com o PAO 2025-2029 o qual foi influenciado pela revisão, concluída em 2022, do estudo de viabilidade (EVEF) e dos seus efeitos nos registos contabilísticos e na informação prospetiva. Conforme tem vindo a ser reportado pelo Conselho Fiscal, nos anteriores pareceres sobre a execução

orçamental, seria expectável que a revisão do EVEF ocorresse, ainda, durante o ano de 2024. No entanto, e embora essa revisão esteja em curso, o desempenho da ARM no primeiro trimestre de 2025 foi positivo face às projeções do PAO 2025-2029 quer por via do acréscimo de volume de negócio comparativamente ao estimado, quer pela contenção de gastos.

Funchal, 27 de maio de 2025

O CONSELHO FISCAL

Maria Ema de Assunção Palma

Tania Macedo de Oliveira Camacho Fernandes

Ricardo Nuno Abreu de Nóbrega

